

Proposta de um modelo teórico para autogestão social e territorial em comunidade indígena Assurini, à luz da economia solidária, em Tucuruí, Estado do Pará, Brasil

Lauro Sergio Rodrigues Da Silva, Adebaro Alves dos Reis, Gilson Da Silva Costa, Juliana Souza Da Silva y Elineuza Alves Da Silva

Otra Economía, vol. 12, n. 21:69-92, enero-junio 2019. ISSN 1851-4715

Proposta de um modelo teórico para autogestão social e territorial em comunidade indígena Assurini, à luz da economia solidária, em Tucuruí, Estado do Pará, Brasil

Propuesta de un modelo teórico para autogestión social y territorial en comunidad indígena Assurini, a la luz de la economía solidaria, en Tucuruí, Estado del Pará, Brasil

Proposal of a theoretical model for social and territorial self-management in indigenous community Assurini, from the approach of the solidary economy, in Tucuruí, State of Pará, Brazil

Lauro Sergio Rodrigues Da Silva *

lauserrodsil@gmail.com

Adebaro Alves dos Reis **

adebaro.reis@ifpa.edu.br

Gilson Da Silva Costa ***

gilsoncosta@ufpa.br

Juliana Souza Da Silva ****

juliana.economia2009@bol.com.br

Elineuza Alves Da Silva *****

neuzaalves209@yahoo.com.br

Resumo: O presente estudo teve por objetivo propor, em linhas gerais, um modelo teórico voltado para autogestão social e territorial em Terra Indígena (TI) Assurini, localizada em Tucuruí (PA), mesorregião Sudeste Paraense, ancorado nos princípios da Economia Solidária. Visa propor soluções teórico-metodológicas na perspectiva de que os indígenas possam realizar, conforme demandado por suas lideranças, a Gestão dos recursos naturais disponíveis em seu território, além dos recursos financeiros que serão repassados pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE), por força de decisão judicial em razão de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal contra essa empresa, em favor daquela população indígena. Trata-se de abordagem mista (qualitativa e quantitativa) de caráter exploratório e descritivo, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental. O método geral escolhido foi o Materialismo Sistemático (MS). O estudo desvela a Economia Solidaria enquanto instrumento de desenvolvimento territorial, dada a sua

* Instituto Federal do Pará, Tucuruí (PA), Brasil.

** Instituto Federal do Pará, Castanhal (PA), Brasil.

*** Universidade Federal do Pará, Belém (PA), Brasil.

**** Instituto Federal do Pará, Óbidos (PA), Brasil.

***** Instituto Federal do Pará, Belém (PA), Brasil.

natureza socioeconômica, interdisciplinar e status de política pública. Consequentemente evidencia a importância do apoio das instituições que atuam no campo da educação, ciência e tecnologia à organização social e territorial indígena onde a associação comunitária indígena se apresenta como locus de institucionalização de processos de Gestão Social na perspectiva da autogestão, em seus aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais, ambientais e ecológicos, por onde devem transitar todos os esforços de coalização das instituições públicas voltadas para a questão indígena, demais órgãos executores de políticas sociais e produtivas, além de outros *Stakeholders* interessados do desenvolvimento territorial indígena, a exemplo na demandada ELETRONORTE.

Palavras-chave: Economia Solidária, gestão social, terra indígena.

Resumen: El presente estudio tuvo por objetivo proponer, en líneas generales, un modelo teórico orientado hacia la autogestión social y territorial en la Tierra Indígena (TI) Assurini, ubicada en Tucuruí (PA), mesorregión Sudeste Paraense, basado en los principios de la Economía Solidaria. Se pretende proponer soluciones teórico-metodológicas en la perspectiva de que los indígenas puedan realizar -según lo demandado por sus líderes- la Gestión de los recursos naturales disponibles en su territorio, además de los recursos financieros que serán transferidos por las Centrales Eléctricas del Norte de Brasil S / A (ELETRONORTE), por la decisión judicial derivada de la Acción Civil Pública promovida por el Ministerio Público Federal contra esa empresa en favor de aquella población indígena. Se trata de un abordaje mixto (cualitativo y cuantitativo) de carácter exploratorio y descriptivo, utilizando investigación bibliográfica y documental. El método general elegido fue el Materialismo Sistémico (MS). El estudio muestra a la Economía Solidaria como instrumento de desarrollo territorial, dada su naturaleza socioeconómica, interdisciplinaria y su estatus de política pública. Queda en evidencia la importancia del apoyo de las instituciones que actúan en el campo de la educación, la ciencia y la tecnología a la organización social y territorial donde la asociación comunitaria indígena se presenta como locus de institucionalización de procesos de Gestión Social en la perspectiva de la autogestión, en sus aspectos económicos, sociales, políticos, culturales, ambientales y ecológicos, por donde deben transitar todos los esfuerzos de coalición de las instituciones públicas orientadas a la cuestión indígena, los organismos ejecutores de políticas sociales y productivas, además de otros interesados en el desarrollo territorial indígena.

Palabras clave: Economía Solidaria, gestión social, tierra indígena.

Abstract: The purpose of this study was to propose, in general terms, a theoretical model oriented towards social and territorial self-management in the Indigenous Land (IT) Assurini, located in Tucuruí (PA), the Southeast Paraense mesoregion, based on the principles of the Solidarity Economy. The aim is to propose theoretical-methodological solutions in the perspective that the indigenous people can carry out -according to the demands of their leaders- the Management of the natural resources available in their territory, in addition to the financial resources that will be transferred by the Northern Power Plants Brazil S / A (ELETRONORTE), by the judicial decision derived from the Public Civil Action promoted by the Federal Public Ministry against that company in favor of that indigenous population. It is a mixed (qualitative and quantitative) approach of an exploratory and descriptive nature, using bibliographic and documentary research. The general method chosen was Systemic Materialism (MS). The study shows the Solidarity Economy as an instrument of territorial development, given its socio-economic, interdisciplinary nature and its status as a public policy. Consequently, it is evident the importance of the support of the institutions that act in the field of education, science and technology to the social and territorial organization where the indigenous community association is presented as a locus of institutionalization of Social Management processes in the perspective of self-management, in its economic, social, political, cultural, environmental and ecological aspects, where all the coalition efforts of the public institutions oriented to the indigenous question, other executing agencies of social and productive policies must go; of others stakeholders interested in indigenous territorial development.

Key words: Solidarity Economy, social management, indigenous land.

Introdução

O presente estudo teve por objetivo propor, em linhas gerais, um modelo teórico voltado para

autogestão social e territorial em Terra Indígena (TI) Assurini, localizada em Tucuruí (PA), mesorregião Sudeste Paraense, ancorado nos princípios da Economia Solidária, calcados na posse coletiva da terra e no trabalho associado - inerentes à cultura indígena - praticados por esses povos tradicionais, na América Latina, desde os tempos mais remotos (Gaiger, 2014; Lugon, 2010).

Trata-se de uma abordagem, em linhas gerais, de forma objetiva, mas com amplo espectro metodológico da modelagem proposta em busca de uma operacionalização dialética, sistêmica, flexível, de acordo com as especificidades demandadas pela realidade da etnia Assurini, considerando seu território, ecossistema e modo de vida tradicional – respeitando sua cultura em geral.

Desta forma visa propor soluções teórico-metodológicas na perspectiva de que os indígenas possam realizar, conforme demandado por suas lideranças, a Gestão dos recursos naturais disponíveis em seu território e dos recursos financeiros que serão repassados pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE).

Tais recursos financeiros, na ordem de dez milhões de reais para aplicação em cinco anos, serão repassados pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE), por força de decisão judicial, em razão de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal contra aquela empresa, em favor das comunidades que compõem o povo Assurini de Tucuruí.

Esses repasses decorrem da compensação dos impactos socioambientais que recaíram sobre aquela população indígena e seu território, ocasionados pelo barramento do rio Tocantins, iniciado nos anos 1970, culminando com a entrada em funcionamento da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), a partir dos anos 1980.

Os elementos consignados nos autos do processo junto a Justiça Federal, nr. 0000406-42.2018.4.01.3907 – 1ª Vara – Tucuruí, assim como o posicionamento do Ministério Público e os depoimentos das lideranças Assurini e suas respectivas reivindicações – objeto desta abordagem - dão conta de um processo deterioração do espaço multidimensional indígena assurini, em função da implantação da referida usina hidrelétrica.

Vale ressaltar que diversos estudos realizados por pesquisadores também apontam para os efeitos impactantes ao meio ambiente ocasionado por empreendimentos hidrelétricos às populações e povos tradicionais Amazônicos, inclusive pela UHT à região Tocantina.

Com efeito, observa-se mais recentemente no âmbito da ELETRONORTE um movimento em promover a compensação ambiental pelos impactos causados, embora, segundo estudos abordando a temática, não exista ainda nenhuma metodologia que consiga apurar com efetividade e precisão os níveis de tal compensação com justiça social, econômica e ecológica.

Assim, diante da complexidade dos efeitos negativos que atingiram a multidimensionalidade territorial indígena por conta do barramento do rio Tocantins - em seus aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos, ambientais e ecológicos - o modelo também foi pensado na expectativa de contribuir para a realização de parcerias entre o Povo Assurini e entidades públicas e privadas, através de sua Associação Indígena.

Nesse sentido, a Gestão Social é aqui compreendida a partir de Cançado (2011:205) enquanto “um processo dialético de organização social próprio da esfera pública, fundado no interesse bem compreendido e que tem por finalidade a emancipação do homem”; de Brasil (2005) como “certa maneira de gerir assuntos públicos, nesse caso em particular as políticas e iniciativas voltadas para a promoção do desenvolvimento das áreas rurais” e de França Filho (2004), à luz da economia solidária, enquanto “formas inéditas de ação pública”.

Portanto o modelo fora pensado na perspectiva de também se constituir em ferramenta capaz de articular a execução de projetos de naturezas interdisciplinares; transdisciplinares; de caráter socioeconômico, educacional, político, cultural, ambiental e/ou ecológico a partir da autogestão social e territorial realizada pelos indígenas, reunidos em torno de sua Associação Comunitária a qual,

também deverá exercer a função de Empreendimento Econômico Solidário (EES),¹ ao centralizar as operações referentes à comercialização de produtos oriundos da atividade agrícola e suas multifuncionalidades (Sá, Kanashiro e Lemos, 2014) conforme pretendem aqueles atores sociais.

Nada obstante, a presente proposta poderá contribuir para o fortalecimento da organização social, política e economia do território indígena.

Trata-se de abordagem mista (qualitativa e quantitativa) de caráter exploratório e descritivo, utilizando-se das técnicas de pesquisa bibliográfica (livros, revistas e Portal Google Acadêmico) e documental (documentos apensados ao processo judicial antes mencionado). Além disso, foram analisadas as propostas apresentadas pelas partes (Eletronorte e Povo Assurini); elementos constantes do processo citado e os relatos de lideranças indígenas e profissionais de instituições públicas que atuam no território.

O Método Geral escolhido para referencia foi o Materialismo Sistêmico (MS). Esse método, desenvolvido através de Tese de Doutorado por Costa (2009), permite a análise dos fenômenos a partir do Materialismo Histórico Dialético e da Teoria Geral de Sistemas.

Tal método geral possibilita clara visão sobre o tipo de energias que são trocadas entre modelos econômicos baseado no Sistema Capitalista e a Economia Solidária, permitindo identificar os caminhos que podem levar à sustentabilidade dos EES, do ponto de vista da Gestão (Rutkowski, 2014), através de Planejamento estratégico (Kaplan e Norton, 1996, 2001, 2006; Zimmerman, 2014) sem que estes percam suas características (Ignácio e Souza, 2008).

Ele possibilita a leitura e compreensão sobre o espaço de incidência das forças cibernéticas que colocam em movimento a lógica de acumulação capitalista, que se caracteriza por um conjunto sistêmico totalizante, drenando para suas instancias centrais as riquezas existentes nos países à sua periferia, realizando a troca por suas energias negativas, tais como: desterritorialização dos povos e comunidades tradicionais, violência, pobreza, resíduos e danos ambientais, dentre outros (Costa, 2009; Silva, 2018).

Nesta perspectiva, considera-se o território tradicional indígena como um sistema composto pelas comunidades, sua associação comunitária e os grupos familiares. Um conjunto, sistêmico, inserido em outros compostos por outros territórios, comunidades, municípios, estados, países até à totalidade de um sistema maior, globalizante, como os sistemas de Estados (ONU) e sistemas de mercados (OMC).

O foco reside então na gestão dos desafios e oportunidades apresentadas às respectivas instancias sistêmicas, observáveis no espaço de intersecção entre fatores que as interligam, os quais interferem (positiva ou negativamente), através das trocas de energias, entre as instâncias.

Essa intersecção se dá intraorganicidade capitalista, onde os EES ao inserir-se estariam a eles sujeito, quando do atendimento da demanda naquele sistema em escala Global para o Local, porém com a perspectiva de movimento de resposta ou resiliência, do Local para o Global (Escobar, 2005).

Tal movimento é mediado pela demanda e oferta do excedente de produtos regionais, tradicionais

¹ A Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE através do 2º Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Brasil, 2013a, 2013b; Gaiger, 2014), revelou a existência no Brasil de 19.708 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), espalhados pelos 27 Estados da Federação. Segundo aquela Secretaria, essas organizações são identificadas a partir das seguintes características: 1) coletivas - serão consideradas as organizações supra familiares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes etc.; 2) gestão da atividade e alocação coletivas dos resultados - cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbano e rural; 3) organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; 4) disponham ou não de registro legal - prevalecendo a existência real e, 5) realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. (Brasil, 2013:1).

bem como estão associados à cultura e local de origem e aos serviços relacionados à conservação da paisagem, ao turismo, à atividade de artesanato, dentre outros (Sá, Kanashiro e Lemos, 2014; Escobar, 2005).

Nesta ótica, e relação da Associação Comunitária Indígena, enquanto EES, com as instancias locais ou globais que compõem o ambiente externo ao território perpassam pelas questões sociais, econômicas, políticas, culturais, ambientais e ecológicas e institucionais (mercado, Estado e demais *Stakeholders*).

Assim, este trabalho foi desenvolvido em cinco capítulos. No primeiro discutem-se os investimentos públicos em Usinas Hidrelétricas e os custos socioambientais não ressarcidos; no segundo, os arranjos jurídico-institucionais que impulsionam a expansão o setor hidrelétrico nacional; no terceiro, os impactos advindos do barramento do Rio Tocantins; no quarto, a caracterização da problemática vivenciada pelos Assurinis; no quinto, a apresentação do modelo teórico de autogestão social e territorial para comunidades indígenas.

O investimento público em usinas hidrelétricas e os custos socioambientais não ressarcidos

Moukbaiber Zhouri, Trindade Paiva, Fonseca y Santos Teixeira (2004) ao citarem diversos autores como Berman (2002), Martinez Alier (2007), Lemos (1999), Ribeiro (2000) e Leff (2001) consideram que as hidrelétricas por se constituírem em grandes obras representam o desenvolvimento propriamente dito, apresentam-se como um sinônimo de modernidade e progresso. Porém as grandes barragens construídas na década de 1970 foram duramente criticadas nos anos 1980 pelos impactos socioambientais causados. Mas isso não impede que se cogite a privatização do setor elétrico brasileiro.

Avaliam que as privatizações ocorrerão segundo critérios de financiamento favoráveis ao investidor privado. A transferência do controle e da propriedade desse importante e estratégico setor para as mãos do investidor privado proporcionará de pronto a autossuficiência energética de grandes empresas industriais consumidoras, em sua maioria transnacionais, transformando definitivamente a energia, antes um bem público, em mercadoria, cujo acesso é dado segundo as leis de mercado.

Estimam que cerca de cinco milhões de domicílios ou vinte milhões de pessoas são privados do acesso à energia elétrica no Brasil. Estima-se também que 92% da população consumidora residencial de energia elétrica no Brasil ganham até dois salários mínimos (Berman, 2003).

Aduzem que a lógica ditada pelo mercado de geração de energia influenciou a política econômica de apropriação territorial e o consumo dos recursos naturais, com o conseqüente deslocamento de comunidades rurais e urbanas, com a única finalidade: a produção de energia elétrica.

Desta forma, além de reduzir um recurso de múltiplo uso como a água a uma única finalidade, os projetos de implantação de usinas hidrelétricas exigem que os custos sociais e ambientais sejam arcados pelas comunidades atingidas e pela sociedade em geral.

Citam o conceito de Distribuição Ecológica, o qual se refere às assimetrias ou desigualdades sociais, para revelar que a construção de usinas hidrelétricas promove uma “apropriação desigual do espaço e dos recursos ambientais”, em desfavor da população, em sua maioria composta por comunidades rurais portadoras de expressões culturais e sociais singulares.

Compreendem que desta forma as comunidades assumem um significado particular perante o capital privado, o qual passa a percebê-las como um obstáculo ao seu desejo de apropriação territorial, devendo ocorrer a remoção das mesmas, para cumprimento do “desenvolvimento regional”.

Portanto os projetos hidrelétricos assumem enorme dívida ecológica contraída a partir dos custos sociais e ambientais não incluídos nos valores de financiamento desses projetos. Além disso, as

indenizações e os programas de mitigação e compensação não levam em conta os modos de vida e padrões culturais das comunidades atingidas o que resulta num “ocultamento dos custos socioambientais, que, uma vez considerados e internalizados, poderiam inviabilizar a competitividade dos empreendimentos”.

Consideram que a desapropriação se converte em expropriação devido a três aspectos: a perda patrimonial, das condições de vida e produção e como expropriação simbólica.

Ao não se considerar esses custos no projeto, isso redundaria na impossibilidade de reduzir processos ecológicos e sociais aos valores de mercado. Essa incomensurabilidade como definido por Leff (2001, citado por Zhouri et al., 2004), exige mudança paradigmática, uma vez que a ciência econômica ainda não apresenta normas internas que permitam a promoção da justiça ambiental,² num contexto de mercado.

Os autores compreendem ainda que, dessa forma, subjacente a esses conflitos existe estratégias de poder em movimento, paradigmas e racionalidades produtivas em confronto. Nesse sentido, os projetos desenvolvimentistas do setor hidrelétrico revelam a existência de projeto unitário e homogeneizante de modernidade.

Do outro lado desse processo estão as comunidades afetadas, as quais carregam culturalmente diferentes formas de apropriação da natureza e os ambientalistas que lutam pela diversificação da matriz energética alternativa, visando à produção sustentável de energia.

Portanto pode-se depreender que para a promoção da justiça ambiental necessário se faz a incorporação do conceito de sustentabilidade como princípio norteador, numa reconstrução da ordem econômica, através de um efetivo processo de “reapropriação social da natureza”. (Leff, 2001, citado por Zhouri et al., 2004).

Contudo, a corrida provocada pela privatização, a crise energética e a falta de planejamento adequado continuam trazendo o risco de impactos ainda mais significativos pela proliferação de projetos de construção de mais hidrelétricas, conforme decisões governamentais materializadas no PAC-Programa de Aceleração do Crescimento.

Os arranjos jurídico-institucionais que impulsionam a expansão do setor hidrelétrico nacional

Vainer (2007) faz um relato sobre as principais omissões relacionadas à questão socioambiental na legislação brasileira que trata de concessões de serviços públicos.

O autor destaca que as leis de concessões (Lei n.8.987, de 13.2.1995; Lei n.9.074, de 7.7.1995) que regulamentaram o artigo 175 da Constituição de 1988, o qual trata da contratação de serviços públicos omitem questões relacionadas aos impactos socioambientais nas prestações desses serviços.

Além disso, dos 47 artigos presentes na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, nenhum faz recomendações específicas quanto aos impactos ambientais decorrentes das explorações dos serviços autorizadas, se resumindo a citar timidamente no artigo 29 item “X”, como incumbência do poder concedente (não do capitalista) de “estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação”.

² Por justiça ambiental, portanto, passou-se a entender, desde as primeiras lutas que evocam tal noção no início dos anos 80, o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo. Complementarmente, entende-se por injustiça ambiental a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania (Acsegrad, Herculano e Pádua, 2004).

Porém, no que concerne às desapropriações, essas ficaram a cargo das empresas concessionárias, que detém o poder de “promover as desapropriações (...) conforme previsto no edital e no contrato” (artigo 31, alínea VI).

Além disso, a Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços de energia elétrica e determina que nenhum aproveitamento hidrelétrico poderá ser licitado sem a definição do "aproveitamento ótimo" pelo poder concedente (artigo 5º, § 20). Porém o autor destaca que o conceito de “aproveitamento ótimo” se restringe ao conceito de eficiência energética, desconhecendo o que se poderia chamar de eficiência ambiental, o que, na visão do autor, denota clara intenção do legislador em “limpar o terreno” para a implantação de projetos do setor.

Considera que, definida a questão das concessões e do “aproveitamento ótimo dos recursos”, a Lei nº 9.491, de 09 de setembro de 1997, vem fazer algumas alterações no Programa Nacional de Desestatização – PND, permitindo o acesso do capital privado (nacional ou estrangeiro) às companhias do setor elétrico, proporcionando uma inversão profunda nas bases do setor que antes era marcadamente estatal.

A elaboração da legislação parece ter tido o claro objetivo de preparar o retorno da estratégia territorial-patrimonialista, predominante até a metade dos anos 1980, sob a égide da qual “a instalação de barragem pode ser vista como parte de uma verdadeira operação de ocupação” (Wainer, 1990:113).

Além da omissão da legislação à questão ambiental, no processo de reestruturação do setor (na passagem do controle público para o privado), desrespeitou-se abertamente a legislação ambiental, segundo a qual, cabe ao empreendedor que agride o meio ambiente o ônus de solicitar a licença ambiental.

Observa que, no afã de entregar aos empreendedores privados as concessões para a exploração dos potenciais hidrelétricos, a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica acedeu para que a licença passasse a ser solicitada mesmo antes da finalização da licitação relativa à concessão, ou seja, sem nem ao menos saber-se quem seria o empreendedor com direito a exploração dos recursos hídricos.

Desta forma, cria-se o ensejo para que o vencedor da licitação obtenha a concessão sem ter assumido nenhum compromisso com as populações atingidas muito menos com os órgãos ambientais, inclusive por não participar das audiências públicas as quais compõe as fases do processo de licenciamento, tendo por consequência disso também, a liberação do empreendedor de apresentar qualificação na área social e ambiental, colocando-o à margem da responsabilização pelo licenciamento e desta forma incentivando o sentimento de desresponsabilização do empreendedor quanto aos ônus sociais e ambientais decorrentes da implantação do projeto hidrelétrico (Wainer, 2007:7).

Nada obstante a essa lógica autoritária empregada pelo Estado brasileiro, os movimentos sociais dos atingidos por barragens e os demais interessados pelo assunto como a comunidade acadêmica, as organizações não governamentais, os sindicatos entre outros sempre se opõe a ela.

É importante frisar que, muito embora a situação no Brasil, durante os governos militares, fosse desfavorável à organização política da população, ocorreram diversos processos de organização e de contraposição ao exercício do poder setorial na área de energia, constituindo movimentos de atingidos por barragens, formando intelectuais dispostos a debater a atuação do Setor, mobilizando para esta causa sindicatos e outras organizações que contestavam a política autoritária do governo à época. São antigas as reivindicações dos movimentos populares, da comunidade científica, dos

sindicatos e tantas outras organizações a respeito da necessária abertura política e social do Setor Elétrico brasileiro (Wunder, 2003:84).

Wunder (2003) avalia que parte dessas reivindicações sociais foi atendida a partir da ruptura do Estado autoritário e o advento democrático do país, consolidada na Constituição Federal de 1988. O setor elétrico brasileiro é obrigado a se adaptar a esse novo cenário e a reconstruir a sua legitimidade frente às demandas sociais.

Os impactos socioambientais advindos da construção de barragens

A Amazônia ainda representa a mais importante e estratégica região de fronteira com possibilidades de cumprir esse papel - devido ao momento histórico de desenvolvimento acelerado a partir da mundialização/globalização do consumo de massa, fundamental para o processo de reciclagem do lucro e da acumulação - em função de suas riquezas naturais, apresentando oportunidades de uso para a valorização do capital. Este é mais um dos exemplos de como o sistema internacional do capital intervém na economia regional, com rebatimento na vida social e reprodução das comunidades locais (Costa, 2009).

O complexo industrial do alumínio exigiu pesados investimentos infraestruturas, e o mais notável foi na Usina Hidrelétrica de Tucuruí - UHT. Com a instalação desses projetos a região passa a ser incorporada à moderna dinâmica mundial do capital.

O problema mineral e energético na Amazônia, como um todo, está diretamente relacionado à colonização recente, a partir da década de 1970, quando os militares integraram o Brasil e a Amazônia à nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT). O que, de fundo determina, vem da política de reorganização do capitalismo no pós-guerra, onde era necessária a inclusão das economias periféricas a uma industrialização retardatária, cujo objetivo era manter a agilidade da acumulação sem quebrar a subordinação dos países subdesenvolvidos ao imperialismo (Leal, 2010).

Assim, a região Tocantina, como uma partícula da Amazônia, entra no circuito mundial na nova fase de expansão, exploração e reorganização do sistema, que a reincorporou à dinâmica do capitalismo global, uma vez que esta microrregião já esteve ligada ao circuito internacional do mercado através da exploração extrativista do cacau, mais tarde da borracha e por último através da pimenta-do-reino. Este seria, então, um quarto momento de ligação desta microrregião à dinâmica mundial do capital, agora via exploração de outro "produto", a hidroenergia, sua mais nova commodity a disposição do ávido mercado mínero-energético (Costa, 2003; 2009).

Nesse sentido, as comunidades tradicionais atingidas pelos impactos do megaempreendimento tentam-se se adaptar e construir novas alternativas de sobrevivência, diante da constatação dos próprios em relação esgotamento dos recursos naturais dos quais são dependentes, tanto pelo uso secular desses recursos como pelas externalidades negativas da barragem de Tucuruí, que se materializa através da degradação ambiental (aumento da erosão, assoreamento dos rios, diminuição da piscosidade e perda da fertilidade do solo), econômica (desestruturação da economia ribeirinha, tradicionalmente baseada no extrativismo e na pesca) e social (agravamento do quadro de misérias e doenças).

Tais impactos, já descritos por Costa (2009), têm prejudicado o desenvolvimento econômico e social daquelas populações, trazendo reflexos negativos às principais atividades econômicas, as quais dependem exclusivamente dos recursos naturais presentes em seu território, relacionados à pesca, agricultura, pecuária e ao extrativismo florestal.

Porém, a situação tende-se ampliar para outras mesorregiões paraenses, diante da perspectiva de implantação de mais usinas hidrelétricas, conforme estabelecido no PAC - Plano de Aceleração do

Crescimento: A UHT, juntamente com as demais usinas em funcionamento e as planejadas formarão megainfraestruturas hidroenergéticas, representando a retomada dos Grandes Projetos Governamentais de Desenvolvimento Nacional na Amazônia, as quais têm atingido as TI da região onde se instalam.

Assim, evidenciam o avanço do capital na região, na apropriação, uso e muitas vezes destruição dos recursos naturais, a despeito de seus efeitos endogenético muito negativos para as populações rurais compostas pelos povos e comunidades tradicionais, os ecossistemas regionais e a vida socioeconômica e sociocultural local:

O Baixo Tocantins vivencia uma profunda transformação que pode ser entendida como um quadro de paulatina degradação [...]. Dentre os efeitos constatados está o desaparecimento de peixes, a má qualidade da água, a queda na produtividade agrícola das várzeas, além de mudanças microclimáticas. Os fatos mencionados sugerem uma forte alteração nos processos de manutenção das feições fluviais e da planície de inundação, conseqüentemente, comprometendo os ecossistemas geograficamente associados a estes ambientes. [...]. Além disso, verifica-se um poderoso processo erosivo, denominado piping, decorrente das grandes oscilações diárias da vazão provocadas pela oscilação na geração de energia. (Manyari, 2007, citado por Barbosa Magalhães et al., 2012:12).

Situação que se agravou bastante, mesmo depois de três décadas, onde essas populações locais são muito ressentidas, especialmente as populações localizadas à jusante da UHT.

Inúmeros trabalhos e autores³ tomaram por objeto analítico essas políticas, a região em particular, observando os problemas advindos com os Grandes Projetos.

Portanto, resta o desafio das instituições de ciência e tecnologia na Amazônia auxiliar as comunidades e povos tradicionais, a identificar tantos os elementos que aparecerem como geradores de oportunidades, quanto identificar as características, os limites e as possibilidades desses atores estimulando-os a se reorganizarem e retomar o curso de seu desenvolvimento territorial - diante de tantos desafios impostos pela modernização, industrialização, mesmo que tardia, de parte da economia nacional - após impacto traumático.

Assim, diante das externalidades negativas que têm atingido as populações e seus territórios a partir da intervenção do Investidos Hidrelétrico, mediada pelo Estado, a Economia Solidária foi abordada neste estudo na perspectiva de importante eixo integrador de esforços em torno de projetos resilientes e de performatividade crítica (Leca, Gond e Cruz, 2014), em virtude de seus aspectos socioeconômicos, interdisciplinares e seu caráter de política pública, portanto indo além dos aspectos econômicos e incorporando elementos relacionados à saúde, trabalho, renda, educação, saneamento, ambiente, cultura, política e ecologia, os quais, emergindo das demandas concretas dos Assurinis, passam pelos objetivos que são a razão da existência de sua Associação Indígena.

Caracterização da problemática vivenciada pelos assurinis

A Terra Indígena (TI) Trocará possui área de aproximadamente 22 mil hectares, com posta pelas aldeias denominadas Trocará Ororitawa, Oimotawara e Marawytawa. Possui localização limítrofe entre os municípios de Tucuruí e Baião (PA) às coordenadas 03° 35'. 31" S e 49° 38'. 11 W.

A distância entre a Sede da TI e a cidade de Tucuruí gira em torno de 25 km. Composta por aproximadamente 635 habitantes na atualidade, a tribo, antes da inundação inicial ocorrida quando da entrada em funcionamento da UHT, habitava às margens do rio Tocantins.

³ Conforme estudos de Edna Castro, Francisco de Assis Costa, Raimundo Costa, Aluizio Leal, Thomas Hurtienne, Armin Mathis, Maurílio Monteiro, Berta Becker, Maria Célia Coelho, entre outros.



Figura 1: Terra Indígena (TI) Trocará. Fonte: Google Earth, 2018.

Em vista disso, houve a necessidade de deslocamento compulsório para o local onde atualmente vivem.

A seguir destacam-se alguns relatos dando conta dos impactos à identidade cultural dos Assurinis, os quais emergiram durante a realização de Audiência Pública ocorrida em 30.04.2018, realizada na Aldeia Trocará:

- Alguns símbolos identitários da tribo como o cemitério, as lavouras, os pertences de uso coletivo e algumas estruturas de órgãos públicos que prestavam serviços aos indígenas estão submersos.
- No momento em que ocorreu a enchente e diante de sua velocidade, os indígenas tiveram que sair às pressas e relatam a ocorrência de perda de vida humana.
- A preocupação de um jovem líder assurini quanto ao futuro de sua tribo, uma vez que as nascentes dos rios e igarapés assurinis estão fora do território.
- O relato de um cacique, idoso, denotando preocupação com o futuro de sua tribo, diante do fato de que a criança assurini já não está falando sua língua materna.

Apresenta-se no quadro a seguir, algumas situações vivenciadas pelos assurinis, constantes dos autos do processo junto a Justiça Federal, nr. 0000406-42.2018.4.01.3907 – 1ª Vara – Tucuruí, que dão idéia da complexidade das ações necessárias à reversão dos efeitos atribuídos direta ou indiretamente à implantação da UHT ao território indígena.

ESTUDOS/AVALIAÇÃO DE IMPACTOS

Estudos da Eletronorte reconhecem a existência de danos contínuos, de natureza permanente.

Medidas de **avaliação de impacto** surgem sempre **após a implantação desses megaprojetos**, não havendo possibilidade de adequação/alteração do projeto original;

Em 2005/2006 a Eletronorte realizou **estudo socioambiental**, onde foram apontadas possíveis **medidas compensatórias**, nas áreas da antropologia, etnoambiental, saúde, educação escolarizada, língua e socioeconomia, todas relacionadas ao **meio ambiente cultural** e ao **modo de viver dos índios**.

<p>MUDANÇA DA ALDEIA TROCARÁ DAS MARGENS DO RIO TOCANTINS</p> <ul style="list-style-type: none">- Soledade, inundação do cemitério;- Perdas dos Bens dos Assurinis e das Estruturas da FUNAI;- Perda Da Roça: Milho, Fumo, Cacao e Café em 1980 (Inundação);- Mudança da aldeia criou a necessidade de abertura de ramal, aumentando fluxo de pessoas; <p>AÇÕES INDIGENISTAS INADEQUADAS</p> <ul style="list-style-type: none">- Não houve esclarecimento aos Assurini sobre os impactos que recairiam ao território;- Ações mitigadoras inócuas;- Ações e projetos desenvolvidos de forma desarticulada (governo e demais instituições); <p>USO INADEQUADO DE ENERGIA ELÉTRICA</p> <ul style="list-style-type: none">- Inserção de eletrodomésticos que alterou a vida e as relações sociais na comunidade;- Energia elétrica, inserção de eletrodomésticos, endividamento e alteração social provocando desigualdades; <p>CONSTRUÇÃO DO RAMAL TRANSCAMETA</p> <ul style="list-style-type: none">- Desmatamento, e a interferência nos recursos hídricos, fluxo de pessoas aldeia-cidade, provocando alterações no modo de vida assurini. <p>CONTRUÇÃO DA LINHA DE TRANSMISSAO</p> <ul style="list-style-type: none">- Descontrole do acesso de pessoas à terra indígena; mudança na rotina da comunidade;- Ela passa cobrar os acordos verbais com a empresa construtora;- Proporcionou a instalação de projetos exploratórios de recursos ambientais prejudiciais à comunidade assurini. <p>PRESSÃO DO ENTORNO</p> <ul style="list-style-type: none">- Implantação de pastagens que provocaram a diminuição de áreas disponíveis para a implantação de roças.- O encurralamento da aldeia, a qual vem perdendo espaço no conflito entre assentados e fazendeiros.- Retirada de marcos de demarcação;- Degradação do modo de pensar assurini <p>INSTALAÇÃO DE FAZENDAS E ASSSENTAMENTOS NO ENTORNO</p> <ul style="list-style-type: none">- Destituição da língua nativa pelo português, introdução de DST, entre outros;- Exploração do entorno, atividade madeireira e agropecuária degradadoras.- Implantação de pastagens em terras indígenas: diminuição dos espaços das roças- Crescimento da cidade de Tucuruí, aumento do alcoolismo e tabagismo, facilidade de crédito para aquisição de bens de consumo, casamento com não índios, entre outros; <p>FRAGMENTAÇÃO DA PAISAGEM DO ENTORNO</p> <ul style="list-style-type: none">- Com a invasão da terra indígena e a implantação de pasto, observou-se a fragmentação da paisagem.- A diminuição de espaço de procriação de animais como anta e queixada.-Desmatamento e assoreamento das cabeceiras e margens dos recursos hídricos <p>DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO DAS CABECEIRAS E MARGENS DOS RECURSOS HIDRICOS</p> <ul style="list-style-type: none">-Assoreamento e alteração da qualidade da água em prejuízo, extinção de espécies da ictiofauna.- Alteração das águas do rio Tocantins mudanças hábitos alimentares. (MPF, MARABÁ, 2010)- Problemas de saúde relacionados à desnutrição. <p>-CASAS CONSTRUIDAS NÃO RESPEITANDO OS PASRÕES DA CULTURA</p> <ul style="list-style-type: none">-Problemas quanto ao hábito gregário, alteração do comportamento; <p>USO DE NOVAS TECNOLOGIAS</p> <ul style="list-style-type: none">-Impactando a piscicultura (uso de rede de pesca) <p>PERDA DO CONHECIMENTO TRADICIONAL</p> <ul style="list-style-type: none">- Diminuição do saber etnobotânico;- Há a necessidade de escuta da comunidade par verificação sobre os caminhos que serão percorridos e o que fazer com o resultado do acultramento;- Resgate do conhecimento tradicional inclusive como potencial de desenvolvimento socioeconômico, inserção de ciência e tecnologia no território (formação e emancipação dos sujeitos);- Possibilidade de inserção de projeto de desenvolvimento que traga benefícios ao perímetro urbano;

Quadro 1: Impactos Socioambientais Diretos/Indiretos da UHT sobre o Território Multidimensional Assurini.

Fonte: Processo 0000406-42.2018.4.01.3907 – TRF – 1ª VARA – TUCURUI.

Apresentação do modelo teórico de autogestão social e territorial para comunidades indígenas Assurinís

A perspectiva territorial aqui é abordada em Little (2002), onde se observa que aqueles atores estabelecem com a natureza presente em seu território⁴ um sentimento de pertença.⁵ Desta forma, a relação com o território e o regime de propriedade constitui-se em um diferencial no desempenho das atividades de transformação da Natureza e dos sistemas de produção e troca, realizadas em bases não capitalistas. Nesse sentido, a agricultura familiar e o extrativismo⁶ se constituem em atividades econômicas principais dessas populações, geralmente praticadas em bases tecnológicas que remontam suas ancestralidades.

Diante das expectativas da população Assurini quanto ao desenvolvimento territorial e a aplicação dos recursos financeiros que serão investidos, conforme se constata ao compular os Autos do processo antes mencionado, conclui-se pela necessidade de elaboração de Planejamento Estratégico participativo com base no método Balanced Scorecard (Kaplan e Norton, 1997, 2001, 2006; Zimmerman, 2014, Lourenzani, 2008; Brisolara, 2008) e a elaboração de um modelo de autogestão social e territorial que incorpore e sistematize as complexidades inerentes à cosmografia dessas populações tradicionais (Little, 2002; Lugon, 2010; Escobar, 2005).

Assim, o Modelo de Autogestão Social e Territorial se traduz em conjunto de ferramentas composto por um Organograma voltado para as características culturais do Povo Indígena e adaptado para contribuir com a atuação da Instituição de Ensino que prestará assessoria à Associação Indígena; um Fluxograma adaptado de Zimmerman (2014) descrevendo os passos de realização de Planejamento Estratégico; um roteiro de elaboração dos Planos Estratégicos (Zimmerman, 2014; Porto, 1998) contendo os objetivos levantados em consequência do Planejamento e o Mapa Estratégico (Norton & Kaplan, 1997, 2000, 2006), organizado de forma a promover a interligação entre as respectivas instâncias multidimensionais (econômica, social, política cultural, ambiental/ecológica) e os objetivos estratégicos referidos, os quais subsidiarão a elaboração de Projetos Estratégicos (Zimmerman, 2014; Porto, 1998).

O modelo foi construído na perspectiva de se constituir em ferramenta de gestão; em ferramenta auxiliar a tarefa de organização administrativa, política e social a cargo da Associação Indígena, buscando incorporar, de um lado, as práticas indígenas de gestão, e ao mesmo tempo, se colocando, na outra ponta, em posição para atender às necessidades oriundas da relação com o sistema capitalista, no que concerne a administração da estrutura responsável pela realização das operações econômico-financeiras e patrimoniais da associação.

Também se buscou atender à necessidade de estruturação e categorização dos assuntos, organizados em câmaras setoriais, como a finalidade de não só estimular a participação de toda a comunidade indígena, na perspectiva da autogestão, como também racionalizar o processo de organização das

⁴ Paul Litte (2002:3) define a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou homeland. A palavra inglesa “homeland” tende a ser traduzida como “pátria” em português. Mas o significado mais comum de pátria faz referência a um Estado-nação, o que desvia o termo “homeland” de seus outros significados possíveis referentes às territorialidades de distintos grupos sociais dentro de um Estado-nação.

⁵ A noção de pertencimento a um lugar agrupa tanto os povos indígenas de uma área imemorial quanto os grupos que surgiram historicamente numa área através de processos de etnogênese e, portanto, contam que esse lugar representa seu verdadeiro e único homeland (Litte, 2002:10).

⁶ Em relação às agriculturas praticadas atualmente por povos indígenas e populações tradicionais, estão associadas à magnitude da sociodiversidade que a região abriga e, em grande medida, resultam do processo de povoamento de seu território (...) Nessa linha, destacam-se (...) atividades agrícolas e extrativistas praticadas (Sá, Kanashiro e Lemos 2014:113).

informações estratégicas colhidas nas discussões ocorridas quando do processo de Planejamento Estratégico participativo conforme antes mencionado.

Nesse sentido, o organograma também deve proporcionar a possibilidade de racionalização e objetivação das intervenções planejadas, proporcionando um ambiente adequado à atuação da instituição que prestará assessoria à Associação Indígena, encarregada de inserir Educação, Ciência e Tecnologia no TI, sem perder de vista as características culturais da população indígena. A seguir apresenta-se o organograma referido:

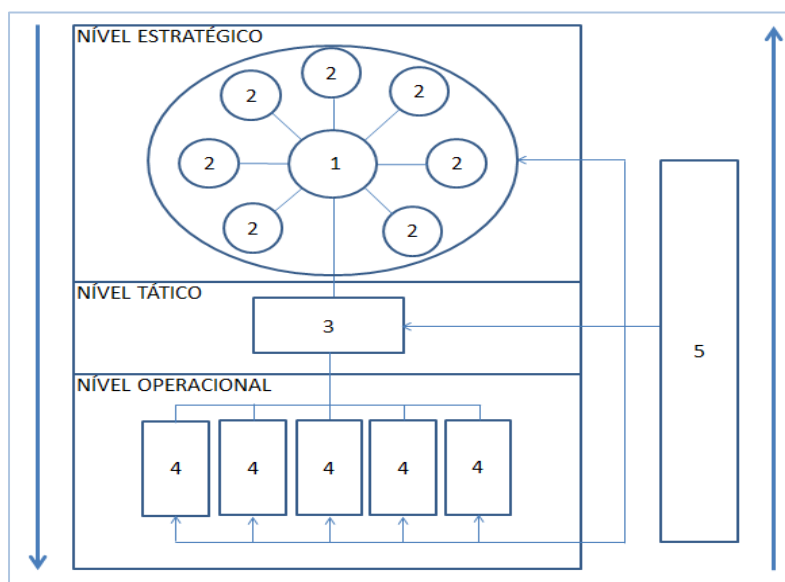


Figura 2: Organograma: Modelo de Autogestão Social e Territorial para as Comunidades Indígenas Assurini - Tucuruí (PA). Fonte: Silva (2018).

Desta forma o organograma está composto por cinco Unidades Estratégicas de Gestão (UEG), assim dispostas:

- UEG01: Conselho Gestor, composto pelos caciques de cada aldeia;
- UEG02: Câmaras Setoriais, que constituem em espaços de discussão da população, com a participação das lideranças indígenas ligadas à temática-objeto da câmara. Do ponto de vista teórico, é recomendável que essas lideranças atuem na condição de facilitadores do processo de discussão. Para tanto, elas devem ser auxiliadas por docentes, estudiosos e pesquisadores cuja ciência tenha afinidade com a temática. Nesse sentido poderão ser criadas câmaras setoriais par discussão de temas como: Manejo e Gestão (Hídricos/Florestas; Solo/SAF); Atividades de Produção e Comercialização; Saúde/Saneamento; Educação, Ciência e Tecnologias; Cultura e Lazer; Gestão Social e Políticas Públicas; Ocupação Territorial, Vigilância e Monitoramento.
- UEG03: Administração Geral. Tem a finalidade de executar o planejamento estratégico e administrar a estrutura que está sob sua responsabilidade, que, no organograma, vem logo a seguir. Do ponto de vista cultural, o Modelo de Gestão absorve a necessidade de se ter mais de um Administrador Geral, se isso for o caso, uma vez que as ações estratégicas devem ser levadas a efeito a partir da execução de projetos estratégicos. Assim, cada gestor indígena (se existir mais de um) pode atuar como um gerente de projeto.
- UEG04: Estrutura organizacional - Áreas de execução de tarefas administrativas (a ser realizada pelos indígenas) e de controle, tais como: contabilidade, patrimônio, operações econômico-financeiras, logística, estoque, distribuição, dentre outros. Caracteriza-se como espaço de relação

com o sistema capitalista.

- UEG05: Espaço de atuação da instituição de ensino que será a responsável pelos assessoramentos técnicos, científicos e educacionais à Gestão da Associação Indígena.

Observa-se que o assessoramento de uma instituição de educação, ciência e tecnologia, em todas as fases do processo de gestão atinente a cada UEG, se constitui em elemento-chave para o funcionamento a contento da metodologia de gestão, diante da necessidade de se assegurar ao povo indígena a decisão e o controle sobre o direcionamento da aplicação dos recursos que necessariamente circularão por dentro da Associação Indígena, uma vez que as dificuldades vivenciadas bem como as reivindicações constantes da proposta apresentadas pelas lideranças indígenas à Justiça Federal demonstram a importância e a necessidade de capacitação e qualificação desses atores.

Assim, a instituição educacional, além de possuir profissionais graduados e pós-graduados, possui estrutura bastante ao processo de sustentação da implantação do programa metodológico, através das ações de ensino, pesquisa e extensão.

Esta sustentação dar-se-á a partir da formação profissional e tecnológica de discentes indígenas e servidores públicos dos órgãos que prestam serviços às comunidades indígenas, através de seus respectivos programas de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão; trabalhos de conclusão de cursos, dissertações e teses, trabalho voluntário, estágios obrigatórios e não obrigatórios de discentes e atuação profissional de egressos da instituição; de incubadoras de profissionais, vinculadas à instituição; outras instituições educacionais e/ou profissionais que poderão inserir-se, necessariamente através Termo de Convênios ou Parcerias firmadas ou outros mecanismos previstos em legislação, com a Instituição de Ensino Assessora através de projetos de intervenção.

Nesse sentido, a Instituição de Ensino Assessora também conduzirá os processos de implantação de cursos de formação em todos os seus aspectos (PPP, PPC, Matrizes curriculares entre outros); assim como a educação e formação dos indígenas e não indígenas que estarão envolvidos nas tarefas de assessoria administrativa-empresarial e nas expertises necessárias à execução de operações econômico-financeiras, decorrentes de operações de compra e venda de produtos e serviços oriundos da atividade agrícola e suas multifuncionalidades – como o extrativismo, o turismo, o artesanato e a prestação de serviços ambientais (Sá, Kanashiro e Lemos, 2008), além da gestão dos repasses de recursos oriundos de políticas públicas sociais e produtivas.

A seguir apresenta-se o fluxograma de elaboração de Planejamento Estratégico participativo (Porto, 1998; Oliveira, 2000; Zimmerman, 2014):

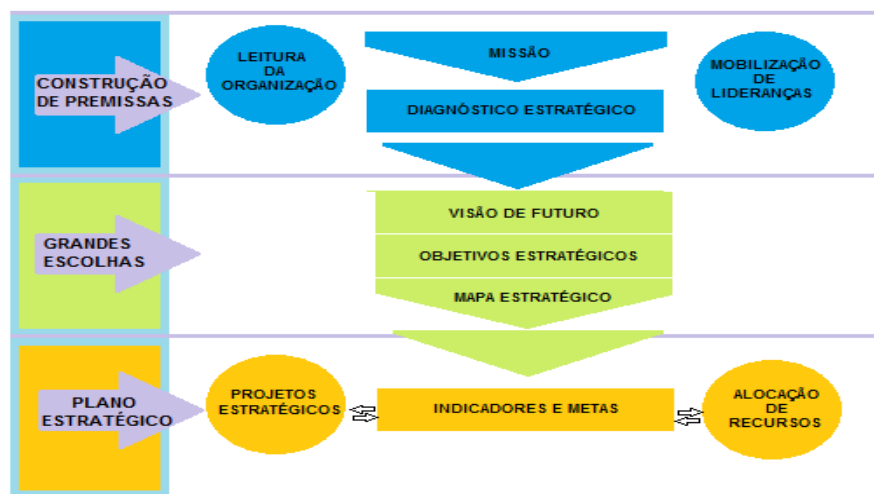


Figura 3: Fluxograma: Planejamento Estratégico com base no Método *Balanced Scorecard*. Fonte: Elaborado por Silva (2018), adaptado de Zimmerman (2014).

Desta forma, é dada às comunidades indígenas a oportunidade de participação no processo de planejamento e execução dos projetos, ensejando a capitalização social de expertises a serem adquiridas ao longo da execução dos programas de compensação socioambiental que emergirem do processo de planejamento, onde esses atores sociais exercerão papel de protagonistas, qualificando-se à medida que as ações são colocadas em movimento em âmbito da Associação Indígena, e dessa forma, em contextos organizacionais, essas ações transformam-se em oportunidades de aprendizagem organizacional (Norton e Kaplan, 1997, 2000, 2006; Senge, 2013).

Em seguida os instrumentos de coleta de dados da pesquisa voltada ao processo de planejamento. Trata-se de sugestão, uma vez que cada pesquisador certamente utilizará as ferramentas comuns a suas perspectivas ciências/métodos de abordagens e teorias de análise/sustentação de seus trabalhos:

I- Instrumentos de Coleta de Dados

- a) Entrevista semiestruturada (Gil, 2008);
- b) Questionários semiestruturados (Gil, 2008);
- c) Grupos Focais (Dias, 2000; Stein Backes, Stein Backes, Crespo Drago, Santos Koerich e Lorenzini Erdmann, 2011; Gomes e Ramos, 2014);
- d) Matriz S.W.O. T. (Bieger e Faccin, 2015);
- e) Observação Direta e o Diário de Campo (Gil, 2002:35; Falkembach, 1987:20; Bogdan e Biklen, 1994; Afonso, Da Costa Silva y Ramos Pontes, 2015);
- f) Registro Fotográfico.

II-Tratamento, armazenamento e recuperação de dados: Elaboração de Sistema de Informações Gerenciais – SIG utilizando-se de Banco de Dados e respectivo Software gerenciador.

Os Sistemas de Informações Gerenciais, elaborados para atendimento dos EES vinculados à agricultura familiar e suas multifuncionalidades, podem também atender à gestão territorial assurini, como se pode concluir a partir dos trabalhos científicos de Almeida (2016), Silva (2017), Smith (2016) e Silva (2018) os quais evidenciaram a importância do uso da Tecnologia da Informação nos processos de Gestão econômica, financeira e social dos EES, destacando tipos de modelagens e os respectivos usos dessas tecnologias de acordo com a finalidade que se pretende alcançar.

Assim, tenciona-se promover, quando da execução das ações planejadas, a incorporação de saberes tradicionais Indígenas (Lugon, 2010; Escobar, 2005) aos processos organizacionais, educativos e

culturais da associação, o que proporcionará por outro lado à oportunidade de formação diferenciada a discentes não indígenas, envolvidos com a pesquisa, formando profissionais capazes de atuar, intervir e contribuir para soluções de caráter interdisciplinares e transdisciplinares e em abordagens transversais na Amazônia, diante das complexidades características de ciências como, por exemplo, a Agroecologia, a qual recebe e oferece subsídios a outras ciências (Caporal, Costabeber e Paulus, 2006).

Prevê-se também a necessidade de mediação com atores externos ao território, quando ocorrerem, por exemplo, ações voltadas para a recuperação e conservação dos mananciais e nascentes dos igarapés que desembocam nos rios do TI, localizados fora do território; quando do fornecimento de produtos e matéria-prima, a médio e longo prazos ao mercado consumidor e empresas, o que poderá contribuir para a revitalização de setores da economia local.

Portanto, de um modo geral, observa-se a importância da organização da associação indígena e da qualificação profissional dos atores diante do desafio de alcançar a sustentabilidade dos empreendimentos socioeconômicos; da preservação de sua cultura; da melhoria da qualidade de saúde e níveis de renda; da defesa de seu território e da inserção qualificada desses atores nos espaços mercadológicos de seu entorno e de discussões políticas que tenham relação com o desenvolvimento territorial indígena e de seu entorno.

Nesse sentido, apresenta-se o roteiro de elaboração do Mapa Estratégico e Planos Estratégicos (Brisolara, 2008; Ignácio e Souza, 2008; Kaplan e Norton, 1997, 2000, 2006; Lourenzani, 2008; Porto 1998; Rukowski, 2016; Zimmerman, 2014).

INSTÂNCIAS	MAPA	DIMENSÕES ⁷	OBJETIVOS	PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO	Perspectiva da Sociedade Local, Regional e Nacional.	MULTIDIMENSIONAL	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar da repercussão das ações relativas ao relacionamento com o ambiente externo a TI, identificadas como necessárias à sustentabilidade econômica, social, política, cultural, ambiental e ecológica. - Contribuir para o surgimento de um ambiente rural produtivo e diversificado (melhorar infraestrutura, ofertar de produtos de qualidade e prestação de serviços para consumo local e do entorno ao território). 	<p>Verificação se há repercussão positiva oriunda da execução dos planos estratégicos, contribuindo para a mudança das situações indesejadas; Identificar a intensidade das mudanças das situações indesejadas apresentadas pelos levantamentos referentes a Caracterização Sociohistórica da Comunidade e Levantamento dos Aparelhamentos e Qualidade dos Serviços Públicos Disponíveis.</p>

⁷ Vale ressaltar que, embora apresentadas no esquema de forma separada, as dimensões ao longo do processo de reprodução das vidas dos agricultores conservam-se intrinsecamente relacionadas entre si, superpondo-se umas às outras, externalizadas conforme o momento vivenciado pelos atores sociais.

	Perspectiva do Cliente/Associado	ECONOMICA	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar por melhores preços/mercados; - Conhecer as demandas do mercado/clientes; - Acompanhar os níveis de satisfação dos clientes 	Planos para incremento na produção e comercialização de produtos e serviços; melhores preços; prospecção de mercados.
TÁTICO	Perspectiva do Associado	POLITICA E SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> - Obter resultados econômico-financeiros que atendam à necessidade de reprodução de suas vidas; - Acessar políticas sociais; - Monitorar os resultados das ações voltadas para a melhora da qualidade de vida do grupo familiar. 	Planos para a mudança da situação apresentada pelo Diagnóstico Socioeconômico.
INSTÂNCIAS	MAPA	DIMENSÕES	OBJETIVOS	PLANEJAMENTO
OPERACIONAL	Perspectiva de Aprendizado e Crescimento; Processos Internos.	AMBIENTAL, CULTURAL E ECOLOGICA.	<ul style="list-style-type: none"> - Expandir as capacidades, através da inserção de educação, ciência e tecnologia (Segurança, monitoramento, Manejo e Gestão de Recursos Naturais, atividade agrícola, Saúde, Saneamento, dentre outras do campo operacional); - Disseminar e reproduzir a prática de princípios e valores culturais indígenas em âmbito organizacional. - Produzir com Qualidade 	Planos para a mudança da situação apresentada pelo Diagnóstico Institucional e Caracterização da Atividade Rural

Quadro 2: Roteiros de elaboração dos Planos Estratégicos e Mapa Estratégico. Fonte: Elaborado por Silva (2018).

Observa-se que cada ação encadeada em uma instância estratégica anterior deverá encadear resultados (energias) positivos para as ações da instancia estratégica seguinte e vice-versa, permitindo a possibilidade de “balanceamento” da repercussão dos resultados de cada ação até o topo do Mapa, ou seja, em direção ao atingimento da Missão Institucional, da Associação Indígena, definida com os próprios atores, em processo de planejamento estratégico participativo.

Assim, as atenções recaem também sobre a instituição de ensino responsável pela assessoria e de sua importância como agente de implantação do modelo Gestão Social e Territorial aqui proposto, diante da responsabilidade de transformar a associação indígena, também, em um Empreendimento Econômico Solidário (EES), através de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), a ela vinculada.

Nesse sentido, a instituição de ensino poderá, em harmonia com os propósitos que se quer atingir através da metodologia, a doção do seguinte esquema metodológico, o qual tem a funcionalidade de integrar todas as ações empreendidas em outros TI que esteja atuando como entidade assessora:

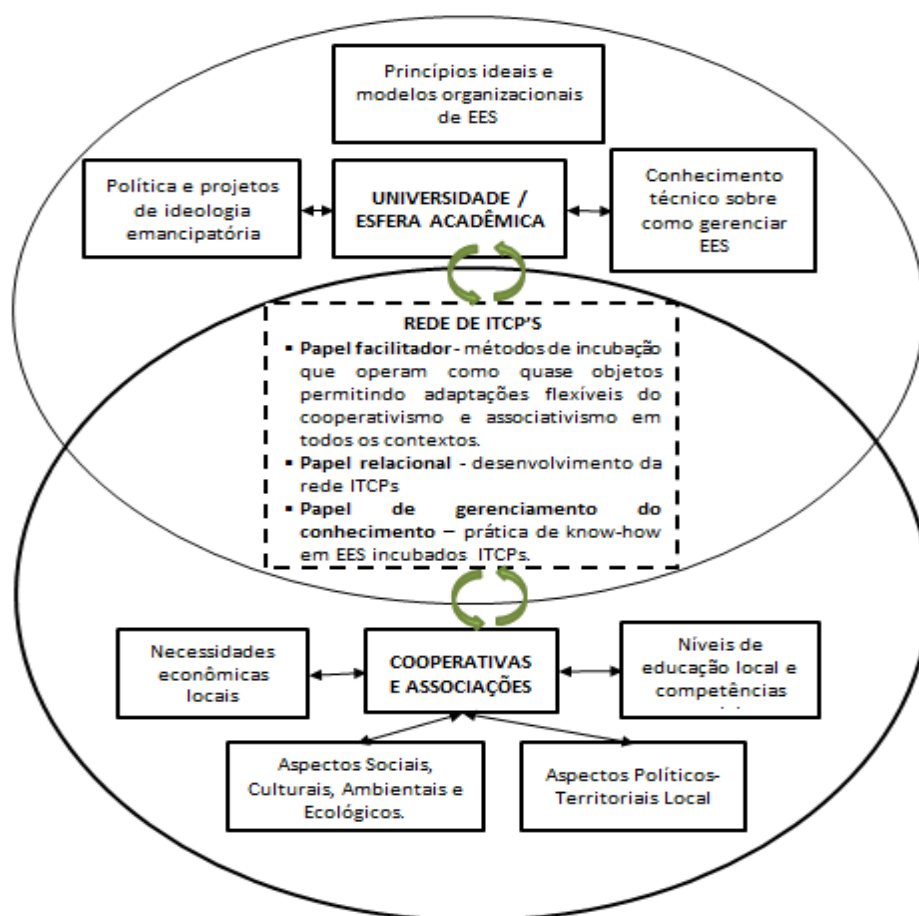


Figura 4: O papel dos mecanismos das interfaces de produtividade crítica. Fonte: Elaborado por Silva (2018), adaptado de Leca, Gond e Cruz (2014:701).

Os EES abrigam projetos resilientes e de performatividade crítica (Leca, Gond e Cruz, 2014), através dos quais a comunidade indígena pode alcançar resultados econômico-financeiros almejados como também resultados relativos às demais dimensões sociais, políticas, ambientais culturais e ecológicas, conforme a natureza dos objetivos a alcançar, visando à transformação de suas realidades vivenciadas.

Assim, devem ser observadas as condições para que a associação indígena consiga inserir-se na organicidade sistêmica capitalista e enfrentar os desafios que surgirão, sem que se alterem suas

características econômico-solidárias (autogestão, posse coletiva dos fatores de produção e realização de trabalho associado) como político-culturais (Ignácio e Souza, 2008).

Conclusão

Desenvolveram-se as discussões buscando-se evidenciar a necessidade de organização social e territorial a partir da associação indígena, envolvendo as principais dimensões da multidimensionalidade territorial indígena (aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos, ambientais e ecológicos), os quais permeiam as questões apresentadas pelos Assurinis, levantadas através de processo de Planejamento Estratégico, participativo.

O Modelo proposto pretende favorecer, como antes afirmado, a autonomia, o empoderamento e a emancipação da população indígena, diante da necessidade de superação dos desafios conforme fartamente apresentados nos autos do processo judicial antes mencionado, como geração de renda, educação, segurança territorial, saneamento básico, saúde, gestão dos recursos naturais, efetivação de direitos sociais, fortalecimento das relações com seu entorno, resgate cultural (língua, hábitos, conhecimentos tradicionais, recomposição da fauna/flora), dentre outros.

Nesse sentido, restou evidenciada a importância do apoio da instituição de ensino, bem como a importância da organização social e territorial, formal, em torno da associação indígena como ponto de partida para ao atingimento dos objetivos a que se propõe o modelo, na medida em que é a partir dessa organização que deverá ocorrer a capitalização das expertises que serão desenvolvidas, na perspectiva das organizações que aprendem (Senge, 2013) por onde devem transitar todos os esforços de coalização das instituições públicas cuja atuação está voltada para a questão indígena, demais órgãos executores de políticas sociais e produtivas, instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa e extensão; demais *Stakeholders* (Porto, 1998), interessados do desenvolvimento territorial indígena, a exemplo na demandada Eletronorte.

Desta forma, os processos administrativos da associação devem ocorrer em uma conformação organizacional onde as unidades estratégicas que a compõem estejam alinhadas tanto ao aspecto cultural da dinâmica socioeconômica da população indígena como ao atendimento das demandas de mercado concorrencial que é a tônica do sistema capitalista.

Nessa conformação deve existir um espaço de transição e de transito decisório entre essas duas culturas (indígena e capitalista) de mão dupla, conforme se observa no modelo de organograma apresentado, e, nesse sentido, verifica-se a necessidade de se realizar diagnóstico socioeconômico (Faleiros, 1978); diagnóstico institucional (Oliveira, 2011); caracterização da atividade agrícola (Araújo Wagner, Giasson e De Andrade Miguel, 2010), caracterização sociohistórica das comunidades (Freitas, 2002), incluindo o levantamento de equipamentos públicos disponíveis e a qualidade dos serviços públicos prestados à comunidade indígena para que a instituição de ensino possa conhecer da maneira mais ampla possível, as necessidades que os indígenas precisam ver atendidas, inclusive aquela que eles ainda não formularam, mas que emergirão no decorrer do planejamento estratégico participativo.

Referencias

Afonso, T.; Da Costa Silva, S. e Ramos Pontes, F. (2015). O uso do diário de campo na inserção ecológica, em uma família de uma comunidade ribeirinha amazônica. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 131-141. Recuperado de <http://submission.scielo.br/index.php/psoc/article/view/60928/9045>

Almeida, X. (2016). Sistema informativo geográfico participativo da área de sistemas agrofloreais de dois imóveis rurais dos cooperados da Cooperativa D'Irituia – PA: crédito de reposição florestal (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares). Instituto Federal de Ciências e Tecnologia do Pará, Campus Castanhal, Brasil.

André Pasini, S. (2006). A gestão de projetos de desenvolvimento territorial frente aos desafios da globalização e da sustentabilidade (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador (BA), Brasil. Recuperado de http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/dissertacao_sandro_pasini.pdf

Araújo Wagner, S.; Giasson, E. e De Andrade Miguel, L. (2010). Operacionalização do diagnóstico agrossocioeconômico da unidade de produção agrícola. Em *Gestão e Planejamento de Unidades Agrícolas*. Porto Alegre, Brasil: Editora da UFRGS. Recuperado de <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/56458/000782690.pdf?sequence=17>

Augusto Dias, C. (2000). Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. *Inf. soc.* 2000, 10(2): 1-12. Recuperado de <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/330/252>

Barbosa Magalhães, S.; Simões, A.; Piraux, M.; Vieira Dos Santos, C.; Bentes Tavares, F.; Da Silva Martins, P. e De Lima Junior, N. (2012). Transformações Sociais e Territoriais no Ambiente Rural da Amazônia Oriental. Trabalho apresentado no VI Encontro Nacional da Anppas. Recuperado de https://agritrop.cirad.fr/567034/1/document_567034.pdf

Berman, C. (2003). *Energia no Brasil: Para que? Para quem? Crise e alternativas para um País sustentável*. São Paulo, Brasil: Editora Livraria da Física.

Bernardo Vainer, C. (2007). Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. *Estudos Avançados*, 21(59), 119-137. Recuperado de http://www.fem.unicamp.br/~seva/artVAINER_EstudAvan_abril07.pdf

Bernardo Vainer, C. (2008). Conceito de "atingido": uma revisão do debate e diretrizes. Em F. D. Rothman (Org.), *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens* (pp. 39-63). Viçosa, Brasil: UFV.

Bogdan, R. e Biklen, S. (1994). Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas. Em *Investigação qualitativa em educação* (pp. 15-80). Porto, Portugal: Porto Editora. Recuperado de <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/acervo/capitulos/BOGDAN%20R.%20BIKLEN.S.%20Inv%20estigacao%20Qualitativa%20em%20Educacao.rtf>

Brasil (2013). Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária – SIES – disponibiliza nova base de dados, Boletim Informativo - Divulgação dos dados do SIES 2013. Ed. Especial: Brasília (DF), Brasil. Recuperado de <http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/sies-divulgacao-de-dados-preliminares-2013.pdf>

Cardoso Cançado, A. (2011). *Fundamentos Teóricos da Gestão Social* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, Brasil.

Carlos Gil, A. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, Brasil: Atlas.

Carlos Gil, A. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo, Brasil: Atlas.

Chaves Gomes, A. e Martins Ramos, A. (2014). Grupos Focais Desenvolvidos em cursos de Administração: Um Estudo Com Universidades Brasileiras. *INTERFACE – Natal/RN – 11(2)*. Recuperado de <http://www.ccsa.ufrn.br/ojs/index.php?journal=interface&page=article&op=view&path%5B%5D=493&path%5B%5D=535>

Da Silva Costa, G. (2003). *Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia: Um estudo sobre a região das ilhas de Cametá, Pará-Brasil* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará/NAEA, Belém, Brasil.

Da Silva Costa, G. (2009). *A alta modernidade e a revolução socioambiental: Indivíduo e coletividade na reprodução sociometabólica do desenvolvimento e da sustentabilidade na Amazônia* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Pará/NAEA, Belém, Brasil.

De Abreu Sá, T.; Kanashiro, M. e De Paulo Lemos, W. (2014). Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na pesquisa agrícola amazônica: um desafio para atingir a sustentabilidade. *Agroecossistemas*, 6(1), 110-124. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/ragros.v6i1.1850>

De Assunção Freitas, M. (2002). A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, 116, 21-39. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200002

De Paiva Oliveira, M. (2011). *O Diagnóstico Institucional Participativo*. Instituto Fonte. Recuperado de http://institutofonte.org.br/sites/default/files/Oliveira%20MP_Diagnostico%20institucional%20participativo_artigo.pdf

De Paula Faleiros, V. (1978). *Metodologia do Diagnóstico Social*. Brasília, Brasil: Coordenada.

Elisa Bieger, T. e Faccin, R. (2015). Análise SWOT no Diagnóstico Estratégico de uma Propriedade Rural Familiar. Trabalho apresentado nas XX Jornada de Pesquisa. Recuperado de <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/4686/3883>

Escobar, A. (2005). O lugar da Natureza e a Natureza do Lugar: Globalização ou Pós-Desenvolvimento? Em *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales. (pp. 69-86). Recuperado de http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624102140/8_Escobar.pdf

Heliadora França, B.; Barbosa, E.; Castro, R. e Santos, R. (2008). *Guia de Economia Solidária – ou porque não organizar cooperativas para populações carentes*. Niterói, Brasil: Ed. UFF.

Ignácio M. C. e Souza, E. M. S. (2017). Gestão Estratégica aplicada ao Cooperativismo Solidário: Uma alternativa de fortalecimento para os agricultores familiares. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Rural*, 12. Recuperado de <http://www.sober.org.br/palestra/9/885.pdf>

Gaiger, L. I. (2014). Conhecer Globalmente: um desafio inadiável dos estudos sobre Economia Solidária. *Otra Economía*, 8(14). Recuperado de <http://base.socioeco.org/docs/7461-24303-1-pb.pdf>

Kaplan, R. e Norton, D. (1997). *A Estratégia em Ação: Balanced Scorecard*. Rio de Janeiro, Brasil: Elsevier.

Kaplan, R. e Norton, D. (2000). *Organização Orientada para a Estratégia: Como as empresas que adotam o BALANCED SCORECARD prosperam no novo ambiente de negócios* (tradução de Afonso Celso Cunha). Rio de Janeiro, Brasil: Campus.

Kaplan, R. e Norton, D. (2006). *Alinhamento: Utilizando o Balanced Scorecard para criar sinergias corporativas* (tradução Afonso Celso da Cunha Serra). Rio de Janeiro.

Leal, A. (2010). Sinopse Histórica da Amazônia. Em J. R. Trindade e G. Marques (Orgs.). *Revista de Estudos Paraenses*, edição especial.

Leca, B.; Gond, J. P. e Barin Cruz, L. (2014). Building ‘Critical Performativity Engines’ for deprived communities: The construction of popular cooperative incubators in Brazil. *Organization*, 21(5), 683-712. Recuperado de <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1350508414534647>

Leff, E. (2001). *Saber Ambiental*. Petrópolis, Brasil: Vozes.

Little, P. E. (2002). Territórios sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade. *Anuário Antropológico/2002-2003*, pp. 251-290. Recuperado de http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle_1.pdf

Luiz Lourenzani, W.; De Souza Filho, H. e Istvan Bankut, F. (2011). Gestão da empresa rural – uma abordagem sistêmica. GEPAI – Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais - USCAR. Recuperado de http://www.gepai.dep.ufscar.br/pdfs/1102012100_LourenzaniSouzaBankutipdf

Luiz Lourenzani, W. L.; Queiroz, T. R. e Souza Filho, H. M. (2008). Scorecard sistêmico: modelo de gestão para empreendimentos rurais familiares. *Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras*, 10(1), 123-136. Recuperado de <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/48445/2/11%20-%2007.334%20-%20123%20a%20136.pdf>

Luiz Uecker, G.; Diemer Uecker, A. e Schneider Braun, M. (2016). Gestão dos pequenos empreendimentos rurais num ambiente competitivo global e de grandes estratégias. *Hipertexto*. Recuperado de <http://www.sober.org.br/palestra/2/429.pdf>

Lugon, C. (2010). *A República Guarani*. São Paulo, Brasil: Editora Expressão Popular.

Falkembach, M. E. (1987). Diário de Campo: um instrumento de reflexão. *Contexto/Educação*,

2(7).

Michel Senge, P. (2013). *A quinta disciplina: a arte e a prática da organização que aprende* (tradução de Gabriel Zide Neto). Rio de Janeiro, Brasil: BestSeller.

Mintzberg, H. (2004). *Ascensão e queda do planejamento* (trad. Maria Adelaide Carpigiani). Porto Alegre, Brasil: Editora Bookman.

Moukbaiber Zhouri, A.; Trindade Paiva, A.; Fonseca, C. e Santos Teixeira, R. (2004). Cidadania e Justiça Ambiental: Assessoria à Participação Popular em Processos de Licenciamento de Barragens em Minas Gerais. Em Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004. Consultado em Agosto, 08, 2018, através de <https://www.ufmg.br/congrext/Meio/WORD/Meio30.doc>

Otávio Batalha, M.; Marcio Buainain, A. e De Souza Filho, H. (2016). Tecnologia de gestão e agricultura familiar. *Revista de Sociologia e Economia Rural (SOBER)*. Recuperado de <http://www.sober.org.br/palestra/12/02O122.pdf>

Paule Lechat, N. M. (2004). As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil Em Economia Solidária, Volume 1. Recuperado de www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf

Porto, C. (1998). Uma introdução ao Planejamento Estratégico. *Macroplan – Prospectiva Estratégia e Gestão. Boletim Técnico do SENAC*, 19(22), 22-33. Recuperado de <http://macroplan.com.br/Documentos/ArtigoMacroplan2009101914195.pdf>

Rebouças de Oliveira, D. (2002). *Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia, práticas*. São Paulo, Brasil: Editora Atlas S.A.

Roberto Caporal, F.; Antonio Costabeber, J. e Paulus, G. (2006). Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Recuperado de <https://www.socla.co/wpcontent/uploads/2014/Agroecologia-Novo-Paradigma-02052006-Itima-Verso1.pdf>

Rodrigues da Silva, L. (2018). Gestão Social e Economia Solidária em Território Quilombola: uma abordagem metodológica para autogestão (Dissertação de Mestrado). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Castanhal, Brasil.

Rutkowski, J. (2016). Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários: outro mundo, outra economia, outra engenharia. Trabalho apresentado no V Encontro Nacional de Economia Solidária – USP. Recuperado de <http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/V%20Encontro/Artigos/Tecnologia/TEC-05.pdf>

Sachs, I. (1993). As cinco dimensões do ecodesenvolvimento. Em *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo, Brasil: Studio Nobel.

Sachs, I. (1993). Estratégias de transição para o século XXI. Em M. Bursztyjn, *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo, Brasil: Brasiliense.

Singer, P. (2003). Economia solidária. Em A. D. Cattani (Org.), *A outra Economia*. Porto Alegre, Brasil: Veraz Editores.

Singer, P. (2009). Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. *IPEA Mercado de Trabalho*, 39, 43-48. Recuperado de http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/06_ES1Paul.pdf

Smith, D. (2016). Sistema de Informação Gerencial à Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses – D'Irituia (Dissertação de Mestrado). Instituto Federal de Ciências e Tecnologia do Pará, Campus Castanhal, Brasil.

Sousa Da Silva, J. (2017). Sistema de Informação Gerencial Econômica, Financeira e Social da Cooperativa Agroextrativista Resistência De Cameté – Sigcoop (Dissertação de Mestrado). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Castanhal, Brasil.

Stein Backes, M.; Stein Backes, D.; Crespo Drago, L.; Santos Koerich, M. e Lorenzini Erdmann, A. (2011). Do antropocentrismo ao ecologicentrismo: formação para o cuidado ecológico na saúde. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 32(2), 263-269. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-14472011000200008&script=sci_abstract&tlng=pt

Tinoco, S. T. J. (2008). Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica. *Hipertexto*. Recuperado de http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/AgricFamiliar/Index.htm

Wunder. R. (2003). Processos de interação social do setor elétrico brasileiro e da legislação ambiental: entre o mundo sistêmico e as racionalidades do mundo da vida. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 7, 77-94. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v7i0.3045>

Zimmerman, F. (2014). *Gestão Estratégica com o uso do BSC*. Brasília, Brasil: Fundação Escola Nacional de Administração Pública.

Enviado: 22/10/2018
Aceptado: 13/03/2019

Cómo citar este artículo:

Rodrigues Da Silva, L.; Alves dos Reis, A.; Da Silva Costa, G.; Sousa Da Silva, J. y Alves Da Silva, E. (2019). Proposta de um modelo teórico para autogestão social e territorial em comunidade indígena Assurini, à luz da economia solidária, em Tucuruí, Estado do Pará, Brasil. *Otra Economía*, 12(21), 69-92.